

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS

RESOLUÇÃO Nº 28 DE 13 DE AGOSTO DE 2009.

O Conselho Estadual de Recursos Hídricos, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto na Lei nº 6.945, de 05 de novembro de 1997, que dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos;

Considerando o Decreto nº 6.822, de 30 de novembro de 2005, que Regulamenta o Conselho Estadual de Recursos Hídricos e dá outras providências;

Considerando a solicitação do Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH, para que os Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos criem Câmaras Técnicas para a discussão da utilização de águas subterrâneas;

Considerando o uso das águas subterrâneas no Estado;

Considerando que as águas subterrâneas são bens de domínio do Estado (artigo 26 da Constituição Federal e Lei Federal 9.433/1997 e Decreto-Lei nº 7.841/45);

Considerando que a exploração dos recursos hídricos subterrâneos para fins de balneabilidade e envasamento é de competência da União, sendo concedida a outorga de lavra pelo Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM e que a solução dos problemas existentes no Estado, em caráter definitivo, dependerá da ação articulada entre SEMA e DNPM;

Considerando as áreas de proteção dos aquíferos subterrâneos citados nos art. 12º, 13º e 15º da Lei 8.097 de 24/03/2004, que dispõe sobre a administração e Conservação das Águas Subterrâneas do Estado de Mato Grosso;

Considerando a Resolução nº 15 do Conselho Nacional de Recursos Hídricos;

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS

Considerando a Resolução nº 05 de 18 de agosto de 2006 do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, que institui a divisão hidrográfica do Estado de Mato Grosso

Considerando que as águas subterrâneas são reservas estratégicas;

Considerando a existência de poços na Unidade de Planejamento e Gerenciamento do Rio São Lourenço – UPG P5 que jorram ininterruptamente por não possuírem fechamento hermético, conforme artigo 34 da Lei Estadual nº 8.097/2004;

Considerando que a existência destes poços causa a diminuição dos níveis potenciométricos na região e conseqüentemente a perda de artesianismo dos mesmos;

Considerando que dentre os princípios que norteiam o Direito Ambiental destaca-se o princípio da precaução, o qual busca se evitar a ocorrência de dano ambiental quando não se tem certeza prévia do resultado;

RESOLVE:

Art. 1º Fica suspensa, temporariamente, na região da Unidade de Planejamento e Gerenciamento do Rio São Lourenço – UPG P5 a perfuração de poços tubulares para captação de águas subterrâneas, onde ocorre artesianismo jorrante.

§ 1º Esta resolução permanecerá em vigor por 365 dias.

Art. 2º Os Proprietários de poços jorrantes que não possuam dispositivo para evitar o desperdício de água deverão obrigatoriamente promover melhorias estruturais que permitam o controle desse desperdício.

§1º O projeto deverá ser executado por empresa habilitada sob responsabilidade técnica de profissional de nível superior, devidamente credenciado junto ao CREA, com a ART da obra e com base no projeto técnico construtivo.

§2 O projeto deverá ser previamente aprovado pela SEMA.

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS

Art. 3º Somente será permitida a perfuração de poços que se destinam a abastecimento público, os quais deverão ser devidamente autorizadas pelos órgãos competentes.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LUIS HENRIQUE CHAVES DALDEGAN

Presidente do CEHIDRO

** Publicada no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso em 23/10/2009.*

*** Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial.*